

Declaração de Maputo: V Conferência Internacional da Via Campesina

Maputo, Moçambique, 19-22 Outubro 2008

Soberania alimentar, já! Com a luta e a unidade dos povos!

Somos gente da terra, homens e mulheres que produzem os alimentos para o mundo. Temos o direito de continuar a ser camponeses e camponesas, e a responsabilidade de continuar a alimentar os nossos povos. Cuidamos das sementes que são a vida e, para nós, o acto de produzir alimentos é um acto de amor. A humanidade precisa da nossa presença e nós negamo-nos a desaparecer.

Nós, a Via Campesina, um movimento mundial de organizações de mulheres rurais, camponeses, camponesas, pequenos agricultores e agricultoras, trabalhadores e trabalhadoras do campo, povos indígenas, afro-descendentes, e juventude rural da Ásia, Europa, América e África, reunimo-nos em Maputo, Moçambique, de 19 a 22 de Outubro de 2008, para celebrar a nossa V Conferência Internacional. Fomos recebidos de maneira calorosa, fraternal e combativa pelos nossos anfitriões, a União Nacional de Camponeses (UNAC) de Moçambique. Reunimo-nos para reafirmar a nossa determinação em defender a agricultura familiar, as nossas culturas e o nosso direito de continuar a existir como povos com identidade própria. Somos mais de 550 pessoas, incluindo mais de 325 delegados e delegadas de 57 países, representando centenas de milhões de famílias camponesas. Nós mulheres representamos mais da metade das pessoas que produzem alimentos no mundo, e aqui realizámos, com energia e determinação, a nossa Terceira Assembleia Mundial das Mulheres. Nós, jovens, também realizámos a nossa Segunda Assembleia de Jovens da Via Campesina, já que a participação decisiva da Juventude garante tanto o presente como o futuro do campo. Nesta V Conferência Internacional também ratificámos 41 organizações como novos membros da Via Campesina, e contámos com a participação de muitas organizações e movimentos aliados de todo o mundo, na nossa Primeira Assembleia com os Aliados da Via Campesina.

Quatro anos de lutas e vitórias

Na V Conferência Internacional revimos as nossas principais lutas, acções e actividades desde a IV Conferência Internacional, que se realizou em Itaici, Brasil, em Junho de 2005. Entre elas destacaram-se as mobilizações massivas contra a OMC, contra os Tratados de Livre Comércio (TLCs) em diversas partes do mundo, e contra o G8 em Rostock (Alemanha) e Hokkaido (Japão). Em 2005, a Via Campesina esteve muito presente na jornada de luta na Conferência da OMC em Hong Kong, participando assim na mais recente das acções contínuas, com as quais nós movimentos sociais temos mantido paradas as negociações nas conferências da OMC desde Seattle (Estados Unidos) em 1999. Também tivemos papéis centrais noutras mobilizações contra a OMC, desde Genebra (Suíça) até à Índia.

Em 2007, organizámos, com os nossos principais aliados, o Fórum Internacional Sobre a Soberania Alimentar, em Nyéléni (Mali). Este foi um momento crucial na construção de um grande movimento global pela Soberania Alimentar. Participaram cerca de 500 delegados e delegadas dos mais importantes movimentos sociais de todo o mundo, e definiu-se uma agenda estratégica e de acção para os próximos anos. Tanto antes como depois de Nyéléni, organizámos muitas reuniões nacionais e regionais sobre a Soberania Alimentar. Nos últimos anos, conseguimos que vários países, entre eles Equador, Bolívia, Nepal, Mali, Nicarágua e Venezuela, acrescentassem o conceito de Soberania Alimentar às suas constituições e/ou leis nacionais.

Através da nossa Campanha Global pela Reforma Agrária, expressão das nossas lutas pela terra e em defesa do território, co-organizámos o Fórum Social Mundial da Reforma Agrária em Valência, Espanha, em 2004, e em 2006 organizamos a Reunião Internacional dos Sem Terra em Porto Alegre, Brasil, antes da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) da FAO. Aí, a 8 de Março, participámos nas mobilizações das mulheres do Brasil contra o deserto verde de Eucalipto da transnacional Aracruz, e no Fórum Paralelo, conquistando importantes avanços na posição dos governos. Em 2007, organizámos, no Nepal, a Conferência Internacional sobre Soberania Alimentar, Reforma Agrária e Direitos Camponeses.

Em 2004, organizámos uma festa global de intercâmbio de sementes, dentro do contexto da nossa IV Conferência. Em 2005, organizámos o Seminário Internacional sobre Sementes “Liberar a Diversidade”, como parte da nossa luta global a favor das sementes tradicionais e contra os transgénicos e a tecnologia terminator. A Via Campesina do Brasil organizou contundentes mobilizações durante a Conferência da Convenção da Diversidade Biológica (COP-8) em Março de 2006 em Curitiba, Brasil. Sobre os mesmos temas tivemos importantes actividades em Mysore (Índia) nesse mesmo ano, e em 2008 em Bona (Alemanha) e na França, onde uma greve de fome ajudou fortemente a conseguir a proibição do milho transgénico da Monsanto. No Brasil, em 2007, Keno, um grande lutador, foi assassinado por um pistoleiro contratado pela Syngenta, mas um ano depois conseguimos que Syngenta tivesse que entregar ao governo a sua área ilegal de experimentação de transgénicos.

A Via Campesina, junto com outros movimentos sociais, organizou “a aldeia da solidariedade” em paralelo com a Conferência Sobre as Alterações Climáticas que a ONU organizou em Bali, Indonésia (2007), onde avançámos com o argumento de que a agricultura familiar arrefece o planeta.

Em 2008, organizámos em Jacarta (Indonésia) uma conferência internacional centrada na nossa proposta para uma Declaração Internacional dos Direitos dos Pequenos Agricultores e Agricultoras. Antes da conferência internacional organizou-se a Assembleia das Mulheres sobre os Direitos dos Camponeses e Camponesas.

O compromisso solidário da Via Campesina foi evidenciado em 2004 com o nosso esforço global para canalizar ajuda alternativa às vítimas do Tsunami. Em 2007, com três delegações presentes em reuniões com Zapatistas no México, e todos os anos se realizaram importantes acções de solidariedade com lutadores e lutadoras vítimas da criminalização dos protestos sociais em todos os continentes.

O deslocamento de povos rurais como consequência do modelo neoliberal está a provocar o movimento massivo de pessoas, convertendo-se num tema crítico para a Via Campesina. Desde 2004, elaboramos as nossas estratégias e acções sobre estes temas na nossa nova Comissão de Trabalho sobre Migração e Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Realizámos diversas acções contra o muro da vergonha construído nos Estados Unidos.

De povo a povo, de país a país, realizámos as lutas da Via Campesina. O nosso movimento está em quase todas as partes do mundo, onde o neoliberalismo está a ser imposto aos camponeses e às camponesas e povos rurais.

A luta da Via Campesina inspira, estimula e gera a resistência de movimentos sociais contra as políticas neoliberais. Aumenta o número de países nos quais os governos progressistas assumem o poder como resultado de anos de mobilização. E, inclusive, um bom número de governos locais e nacionais acentuaram a sua resistência e o seu interesse na questão da Soberania Alimentar, como resultado da mobilização popular e como resposta à crise global dos preços dos alimentos.

A ofensiva do capital sobre o campo, as crises múltiplas, e a expulsão dos povos camponeses e indígenas

No contexto global actual, estamos a enfrentar a convergência entre uma crise de alimentos, uma crise climática, uma crise energética e uma crise financeira. Estas crises têm origens comuns no sistema capitalista, e mais recentemente na desregularização desenfreada dos seus respectivos âmbitos da actividade económica, como parte do modelo neoliberal, que dá prioridade ao comércio e à ganância. Nas zonas rurais do mundo, vemos uma ofensiva feroz do capital e das empresas transnacionais sobre a agricultura e os bens naturais (água, florestas, minérios, biodiversidade, terra, etc.), que se traduz numa guerra de expulsão contra os povos camponeses e indígenas, usando falsos pretextos como os argumentos erróneos que defendem os agro-combustíveis como uma solução para as crises climáticas e energéticas, quando na verdade é exactamente o contrário. Quando os povos exercem os seus direitos e resistem às expulsões generalizadas, ou quando são obrigados a ingressar nos fluxos migratórios, a resposta tem sido mais criminalização, mais repressão, mais presos políticos, mais assassinatos, mais muros da vergonha e mais bases militares.

Declaração dos Direitos dos Camponeses e Camponesas

Vemos a futura Declaração dos Direitos dos Camponeses e Camponesas da ONU como uma ferramenta estratégica no sistema legal internacional para fortalecer a nossa posição e os nossos direitos como camponeses e camponesas, por isso estamos a lançar também a Campanha Mundial por uma Declaração dos Direitos dos Camponeses e Camponesas.

Soberania Alimentar: a solução das crises, e a vida dos povos

Entretanto, a situação actual da crise também é uma oportunidade, porque a Soberania Alimentar oferece a única alternativa real tanto para a vida dos povos, como para reverter as crises. A Soberania Alimentar responde à crise dos alimentos, com produção camponesa local; às crises climáticas e energéticas, atacando duas das principais fontes de emissão de gases de efeito estufa, o transporte de alimentos em larga distância e a agricultura industrializada, e para amenizar uma vertente da crise financeira, proíbe-se a especulação dos alimentos. O modelo dominante significa crise e morte, e a Soberania Alimentar é a vida e a esperança para os povos rurais e também para a população consumidora. A Soberania Alimentar requer a protecção e a re-nacionalização dos mercados nacionais de alimentos, promoção dos ciclos locais de produção e consumo, a luta pela terra, a defesa dos territórios dos povos indígenas, e a Reforma Agrária integral. Baseia-se também na mudança do modelo produtivo para uma produção agro-ecológica e sustentável, sem pesticidas e sem transgénicos; e no conhecimento camponês e indígena. Como princípio geral, a Soberania Alimentar constrói-se com base nas nossas experiências concretas a nível local, ou seja, do local ao nacional.

A crise causa um sofrimento incalculável entre os nossos povos, e corrói a legitimidade do modelo neoliberal do “livre comércio”. E alguns governos locais, estatais e nacionais mais progressistas começaram a procurar soluções alternativas. Na Via Campesina devemos ser capazes de aproveitar estas oportunidades.

Temos que desenvolver uma metodologia de trabalho que inclui o diálogo crítico e construtivo, para obter êxitos na implementação da Soberania Alimentar com estes governos. Também devemos aproveitar espaços internacionais de “outra integração”, como a ALBA e o Petrocaribe, para avançar neste terreno. Mas não podemos somente apostar nos governos. Devemos construir a Soberania Alimentar de baixo para cima nos territórios e outros espaços controlados por movimentos populares, povos indígenas, etc. Já está na hora da Soberania Alimentar. Temos que tomar a iniciativa para avançar neste terreno em todos os países. Nós os camponeses e camponesas do mundo podemos e queremos alimentar o mundo, as nossas famílias, os nossos povos, com alimentos saudáveis e acessíveis.

As empresas multinacionais e o livre comércio

A nossa reflexão deixou-nos a clara convicção de que as empresas multinacionais e financeiras são um dos nossos inimigos comuns mais importantes, e que temos que direccionar as nossas lutas cada vez mais directamente sobre elas. Inclusive, são elas que estão por detrás dos outros inimigos dos camponeses e camponesas, como o Banco Mundial, o FMI, a OMC, os TLCs e a EPAs, os governos neoliberais, e o expressionismo económico agressivo, o imperialismo e o militarismo. Agora é também o momento para redobrar a nossa luta contra os TLCs e EPAs, e contra a OMC, mas agora com uma sinalização mais clara do papel central das multinacionais. O avanço das mulheres é o avanço da Via Campesina.

Um tema ficou muito claro na nossa V Conferência: que todas as formas de violência que enfrentam as mulheres nas nossas sociedades – entre elas a violência física, a económica, a social, a machista, a de diferenças de poder, e cultural – estão também presentes nas comunidades rurais e por fim nas nossas organizações. E isto, além de ser uma imensa fonte de injustiça, também limita a capacidade das nossas lutas. Reconhecemos a relação íntima entre o capitalismo, o patriarcado, o machismo, e o neoliberalismo com os seus preconceitos contra as camponesas do mundo. Nós, todos e todas, mulheres e homens, da Via Campesina, comprometemo-nos de forma responsável a construir novas e melhores relações humanas entre nós como parte necessária da construção das novas sociedades que aspiramos. Por isso, na V Conferência tomámos a decisão de romper o silêncio e lançámos a Campanha da Via Campesina “Pelo Fim da Violência Contra As Mulheres”. Comprometemo-nos, outra vez e com mais força, a alcançar a meta complexa, mas necessária, da paridade de género real em

todos os espaços e instâncias de participação, análises, debates e decisões na Via Campesina, e a fortalecer o intercâmbio, coordenação e solidariedade entre as mulheres de nossas regiões.

Reconhecemos o papel central da mulher na agricultura de auto-suficiência alimentar, e a relação especial das mulheres com a terra, com a vida e com as sementes. Além disso, as mulheres são e sempre foram parte determinante na construção da Via Campesina desde o seu início. Se não vencermos a violência contra as mulheres dentro dos nossos movimentos, não avançaremos nas nossas lutas, e se não constituirmos novas relações de gênero, não poderemos construir uma nova sociedade.

Não estamos sós: a construção das alianças

Nós, os camponeses e camponesas, não podemos vencer sozinhos as nossas lutas pela dignidade, por um sistema alimentar e agrário mais justo, e dessa forma alcançar um mundo melhor, que é possível. Temos que construir e reforçar as alianças orgânicas e estratégicas com os movimentos sociais e organizações que partilham a nossa visão, e isto é um compromisso especial da V Conferência.

A juventude dá-nos a esperança para um mundo melhor

O modelo dominante no campo não oferece nenhuma opção para a juventude, e isso é uma razão muito importante para mudá-lo. Os jovens e as jovens são a nossa base, tanto para o presente como para o futuro, pelo que nos comprometemos à sua plena inserção e participação criativa em todos os níveis das nossas lutas.

A formação para o fortalecimento das nossas lutas

Para que tenhamos êxitos e vitórias nas nossas lutas, temos que nos dedicar ao fortalecimento interno dos nossos movimentos, através da formação política para aumentar a nossa capacidade colectiva de analisar e transformar as nossas realidades, a capacitação, e melhorar a comunicação e articulação com os nossos aliados.

Diversidade e unidade na defesa da agricultura familiar

Como movimento social internacional, podemos dizer que uma das nossas maiores forças é que somos capazes de unir diferentes culturas e modos de pensar em função de uma mesma luta. A Via Campesina representa um compromisso comum de resistir e lutar pela vida e pela agricultura familiar.

Todos os participantes da V Conferência da Via Campesina se comprometem a defender os alimentos e a agricultura camponesa, a Soberania Alimentar, a dignidade e a vida. Aqui estamos, camponeses e camponesas do mundo, e negamo-nos a desaparecer.

Globalizemos a luta! Globalizemos a esperança!